

EIXO TEMÁTICO 6 | EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

MUITO MAIS DO QUE LER E ESCREVER: A ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO - Uma análise a partir da implementação da Lei Federal 13.935/2019 no município de São José de Ribamar/MA, entre 2020 e 2023.

MUCH MORE THAN READING AND WRITING: THE ACTIVITY OF THE SOCIAL WORKER IN THE PUBLIC POLICY OF EDUCATION - An analysis from the implementation of the Federal Law 13.935/2019 in the municipality of São José de Ribamar/MA, between 2020 and 2023.

Anaian Veloso Pires Ferreira¹

RESUMO

Como aspecto central desta proposta de estudo, situa-se o fazer profissional da área de conhecimento do Serviço Social, tendo como norte sua capacidade de interpretação crítica da realidade concreta e sua intervenção a partir da interlocução entre instituições, serviços, programas e políticas públicas. Esta pesquisa em andamento se mostra relevante para a comunidade acadêmica e profissional, já que se percebe a carência de estudos sobre o objeto exposto, visto que poucos são os trabalhos, no Brasil e no Maranhão, que se debruçam sobre essa perspectiva e a recente aprovação da lei. Nesse sentido, torna-se necessário o encaminhamento de pesquisas que se desdobram sobre essa temática a fim de fomentar a compreensão, (re)formulação, fortalecimento, gestão e implementação da Política Pública de Educação, que tem na atuação multiprofissional uma potência para o estímulo da atenção integral e promoção da efetivação dos direitos de crianças e adolescentes em sua totalidade.

Palavras-chave: Serviço Social, Educação e Atuação Profissional.

¹ Assistente Social na Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (SEMCAS). Mestranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Pós-graduada em Enfrentamento da Violência na Primeira Infância pela Universidade de Brasília (UnB). Graduada em Serviço Social pelo Centro Universitário do Maranhão – UNICEUMA. Email: anaianveloso@gmail.com.

ABSTRACT

As a central aspect of this study proposal, it is the professionalization of the area of knowledge of the Social Service, having as its core its ability of critical interpretation of concrete reality and its intervention from the interaction between institutions, services, programmes and public policies. This ongoing research is relevant to the academic and professional community, as it is understood that there is a lack of studies on the object exposed, since few are the works, in Brazil and in Maranhão, that look at this perspective and the recent approval of the law. In this sense, it becomes necessary to direct research that unfold on this topic in order to foster the understanding, (re)formulation, strengthening, management and implementation of the Public Policy of Education, which has in multi-professional activity a power for the stimulation of comprehensive attention and promotion of the realization of rights of children and adolescents in its entirety.

Keywords: Social Service, Education and Professional Performance.

1 INTRODUÇÃO

Assistentes sociais se deparam com múltiplas expressões da questão social e a sua atuação profissional no âmbito da educação enfrenta desafios inerentes a qualquer espaço sócio ocupacional. Desse modo, percebe-se a relevância da inserção de outros profissionais no cenário da educação, a partir disto, a lei federal nº 13.935 de 11 de dezembro de 2019 vem propor a inclusão de psicólogos e assistentes sociais na escolas públicas do país, possibilitando atenção integral e maior cobertura de direitos às crianças e adolescentes, assim como ampliar o escopo multiprofissional nas unidades de ensino.

Nesse sentido, considerando que essa pesquisa está em fase de desenvolvimento, têm-se como objetivos compreender brevemente o papel do Estado na contemporaneidade, analisar o tratamento destinado a política pública de educação na sua relação com o Estado e apontar elementos sócio-políticos da atuação profissional de assistentes sociais a partir da promulgação da lei federal nº 13.935/2019.

Para a compreensão do papel do Estado utilizar-se-á pensadores marxistas a fim de compreender sua relação com as políticas públicas, em especial a de educação, destacando considerações relevantes que coadunam com os objetivos deste trabalho para fundamentar aspectos que delimitam reflexões contemporâneas sobre essa relação e como interagem no cotidiano profissional e da população.

Para Maria Ozanira da Silva e Silva (1986, p. 99), a base de análise a partir da profundidade do método em Marx, Materialista Histórico e Dialético, permite compreender os

elementos externos e reconhece a ação do ser humano nos processos de mudança, já que este não é um agente passivo sujeito aos eventos. Por isso, a autora reflete sobre “a ciência como uma atividade humana intencional, estando necessariamente orientada por valores” e, portanto, considerando a participação dos pesquisados para a construção do conhecimento.

Para Boccato (2006) é a pesquisa bibliográfica que trará subsídios para a produção de conhecimento sobre o que foi pesquisado, elencando perspectivas em que o assunto foi tratado na literatura científica. Portanto, durante essa fase da pesquisa serão aprofundados os estudos teóricos e a abordagem empírica do objeto através do levantamento de literatura a partir de revisão bibliográfica e, ainda, informações em fontes secundárias como documentos oficiais pertinentes ao cenário contemporâneo da educação básica brasileira e da regulamentação da lei em questão.

2 MUITO MAIS DO QUE LER E ESCREVER: A RELAÇÃO ENTRE ESTADO E A POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO

Karl Marx direcionou seus estudos à compreensão e aprofundamento da economia política como forma de demonstrar as bases que revelam as condições materiais de vida e da consciência humana no contexto da sociedade burguesa. Embora ele não tenha desenvolvido teorias específicas sobre o Estado, para Antonio Gramsci, sua obra indica uma teoria latente e, a partir de Marx, elabora sua teoria política (Carnoy, 1988).

Marx e Gramsci concordam que a sociedade civil é fundamental para compreender o desenvolvimento dos estágios capitalistas. Porém, para Marx a sociedade civil faz parte da estrutura da sociedade burguesa junto ao modo de produção capitalista e suas relações. Marx e Engels viam Estado e sociedade civil como dois pensamentos em sentido contrário, onde a sociedade civil, em um estágio determinado de desenvolvimento das relações de produção, domina o Estado. É a partir dessas análises que Gramsci realiza uma importante inovação ao desenvolver sua teoria, para ele a sociedade civil existe e se materializa ao nível da superestrutura da sociedade (Carnoy, 1988).

Podemos, para o momento, fixar dois grandes "níveis" superestruturais: o primeiro pode ser chamado de "sociedade civil", isto é, o conjunto dos organismos vulgarmente denominados "privados"; e o segundo, de "sociedade política" ou do "Estado". Esses dois níveis correspondem, de um lado, à função de "hegemonia", que o grupo dominante exerce em toda sociedade; e, de outro, à "dominação

direta" ou ao comando, que é exercido através do Estado e do governo "jurídico" (Gramsci, p. 12, 1971 apud Carnoy, p. 92-93, 1988).

Em Gramsci, o entendimento da hegemonia burguesa de Marx e Engels toma papel central em sua teoria política e pode ser compreendida através de um sistema de dominação ideológica. Toma-se Pierre Bourdieu (1989) como referência para contornar essa dominação. Bourdieu trata do oculto, do dissimulado e do que está escondido nas relações de poder. Relações manipuladas através de sistemas simbólicos que ocultam as reais intenções e camuflam um projeto de homogeneização do social, a exemplo da arte, da religião ou de uma língua.

Dessa forma, Gramsci introduz um conceito de Estado ampliado que não apenas exerce dominação direta através de seus instrumentos normativos pactuados, mas que interfere na construção de subjetividades que assimilam o modo de vida burguês como referência de crença, estilo e metas de vida, impondo uma generalização de necessidades como aponta Habermas (apud Palhano, 2017), inclusive despolitizando os espaços públicos. Fala-se das capacidades individuais e de necessidades generalizadas a fim de homogeneizar a existência plural dos seres humanos para esvaziar o debate político, transformar essas necessidades em meras tarefas civis e inseri-las na esfera da troca de mercadorias.

Na interpretação leninista sobre o Estado, a partir das análises de Marx, em que buscou a extinção do Estado burguês, indicou que a classe trabalhadora não seria capaz de construir uma consciência de classe e por isso defendeu a concentração do poder, em meio a uma revolução, a um grupo representativo. Para Gramsci, a questão é muito mais complexa e não envolve apenas capacidade intelectual para perceber sua posição no processo produtivo. Trata-se de um Estado ampliado que, na sua forma de dominação indireta, incorporou a hegemonia da classe burguesa à sociedade civil, e portanto, manipula a constituição de uma consciência de classe e dissemina consensos que sustentam essa dominação (Carnoy, 1988).

A partir desse breve esboço sobre o Estado, à luz de Gramsci, é possível apontar alguns impactos dos intensos processos de alterações da dinâmica capitalista no que se refere ao Estado, à questão social e, especialmente, às políticas educacionais. Além de compreender como o sistema de dominação se expande a fim de assegurar sua aceitação sem que para isso seja necessário o uso constante do braço repressivo do Estado, como outrora era comum. Ainda que o uso desse braço repressivo não esteja descartado.

José Paulo Netto (1996), evidencia que a transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista aguça e torna mais complexas as contradições na relação capital-

trabalho, isto é, altera a forma de se comportar da sociedade burguesa. Enquanto no capitalismo concorrencial as respostas dadas a sociedade acontecem no tensionamento da luta por direitos e para a preservação das condições que privilegiam a propriedade privada; no capitalismo monopolista, em sua lógica de dominação de mercado para aumento dos lucros, configura-se o Estado para que interceda no controle e preservação da força de trabalho. Em sua nova fase, o capitalismo monopolista adiciona elementos extra-econômicos à dinâmica da exploração ajustados às suas necessidades de auto valorização e reprodução.

O Estado passa a figurar não apenas como agente que garante a manutenção e reprodução da força de trabalho, mas como regulador e mobilizador do consumo consoante às necessidades do projeto de monopólio do mercado. Em sua nova dinâmica e performance, o capital absorve as reivindicações sociais no intuito de criar consensos e assegurar de forma orgânica as condições para a continuidade da exploração do trabalho e acumulação do capital. Para tanto, a incorporação de demandas políticas e sociais não apenas são possíveis dentro dessa nova lógica, como necessárias para sustentar sua legitimidade (Netto, 1996).

É no cerne dessa contradição e mudança no formato do padrão de acumulação que se criam as condições que metamorfoseiam as refrações da questão social e a tornam objeto de intervenção do Estado através de políticas sociais. Assim como, é no seio dessa contradição que as demandas dos movimentos sociais são incorporadas e legitimadas como direitos, já que o povo não permanece apático em meio a esse processo.

Antes, no capitalismo concorrencial, a questão social apenas recebia interferência estatal no calor das manifestações da classe trabalhadora ou quando, de alguma forma, ameaçava a força de trabalho submetida à dominação. Em sua lógica mais madura, o capital coaduna elementos externos, internos, técnicos, econômicos e sociais através do Estado cooptado que trabalha a serviço da ordem monopolista burguesa ao passo que dissimula sua real essência. O Estado passa a interferir através de políticas sociais fragmentadas e setorializadas, já que seu interesse compreende a manutenção da ordem burguesa e não a superação dela (Netto, 1996). Essa conjuntura de amadurecimento do capitalismo e a nova configuração do padrão de exploração na relação capital-trabalho, atravessam as políticas educacionais direcionadas à massa popular no intuito de oferecer ao capital, simultaneamente, força de trabalho adequada e produção de consensos.

Para István Mészáros (2008), a maneira como o capital se organiza não poderá funcionar a serviço da expropriação da mão de obra sem que esteja alinhada às deliberações educacionais

da sociedade.

Aqui a questão crucial, sob o domínio do capital, é assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias as metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema. Em outras palavras, no sentido verdadeiramente amplo da *educação*, trata-se de “internalização” pelos indivíduos da legitimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social, juntamente com suas expectativas “adequadas” e as formas de conduta “certas”, mais ou menos explicitamente estipuladas nesse terreno (Mészáros, 2008, p. 44).

O sistema educacional é uma parte importante nesse processo de produção de consensos e, conforme observa Mészáros (2008), enquanto estiver sendo bem executado, é capaz de postergar as intervenções violentas de conformação da massa. Ressalta-se que as políticas educacionais não são a principal estratégia para garantir a manutenção do sistema capitalista, mas são capazes de produzir orgânica e institucionalmente os modelos de pensamento e comportamento necessários à preservação da ordem burguesa. É inegável a contribuição das políticas educacionais para a transformação social da massa trabalhadora, apesar das investidas do capital em garantir a própria manutenção. Entretanto, é preciso refletir que além da tarefa de alcançar a transformação social, a políticas educacionais também carregam como característica a capacidade de perpetuar histórias, comportamentos, culturas e conhecimentos.

Antonio Gramsci (2001), aponta que a conquista da dominação ideológica é um meio eficiente para forjar a manutenção da permanência de um grupo com *status* de dominante. É, também, instrumento de hierarquização da sociedade para garantir os consensos necessários à dominação. Ora, os trabalhos manuais e técnicos direcionados a massa trabalhadora precisam de algum grau de trabalho intelectual, em razão disso, são liberadas frações de conhecimentos específicos e indispensáveis à acumulação do capital. Para o autor, essa dominação ideológica serve, inclusive, para formar intelectuais com influência em garantir a organicidade do capitalismo. Esse é um dos fatores extra-econômicos de que fala Netto (2001) e, ainda, estratégia de criação de consensos como expõe Mészáros (2008), elementos capazes de alcançar e influenciar as políticas educacionais.

3 MUITO MAIS DO QUE LER E ESCREVER: REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS

O terreno acima exposto, permeado por contradições, à medida que é utilizado para engendrar as bases da dominação burguesa, também cria a classe trabalhadora, cria as condições para lutas e demandas que remam contra as correntes do capitalismo. É nessa linha tênue que a atuação de assistentes sociais, comprometidos com o projeto profissional e com o projeto de sociedade implicados pela categoria, pode contribuir para romper a lógica dominante.

Marina Maciel Abreu (2011), realiza importante contribuição quando destaca três perfis pedagógicos da prática profissional e os relaciona com a organização de uma cultura. Esses perfis foram construídos e reconstruídos a partir do movimento da sociedade, da relação capital-trabalho e do processo de amadurecimento profissional da categoria.

No período de institucionalização da profissão, primeira metade do século XX, observou-se que o perfil pedagógico da categoria estava alinhado aos interesses do capital, e, a questão social, objeto de intervenção profissional, foi diminuída a um discurso individual e limitada ao sujeito que necessitava de alguma ajuda. Foi uma visão psicologizante da questão social marcada pelo capitalismo industrial da época, que deriva no que a autora chamou de pedagogia da ajuda (Abreu, 2011).

A partir dos anos 50 e 60, Abreu (2011) aponta a perspectiva modernizadora da profissão, que acompanha a proposta do desenvolvimento de comunidade difundida na América Latina no período de expansão do capitalismo monopolista, sob a influência dos Estados Unidos, também conhecido no Brasil como o período desenvolvimentista. Esse discurso de modernização é sempre apresentado à sociedade, mediatizada pelo Estado, nos períodos de crise do capitalismo como uma solução. O/a assistente social é chamado a participar do cenário político sendo absorvido a partir das seguintes estratégias:

(...) psicologização das relações sociais; manipulação material e ideológica de necessidades sociais e recursos institucionais via estratégias de assistência social; e, combinação entre processos persuasivos e coercitivos para a obtenção da adesão e do consentimento ao “novo” ordenamento econômico e social sob o domínio do capital (Abreu, 2011, p.107).

Deste modo, há o redimensionamento da prática profissional concomitante ao processo de aprofundamento da subalternidade da classe trabalhadora e de seu controle pelo capital através das estratégias de organismos internacionais, a exemplo da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (ODE).

Esse breve resgate do contexto histórico do Brasil, dos aspectos ligados ao capitalismo e suas crises, bem como, da categoria profissional e seu processo de institucionalização de base conservadora, apresenta o âmago para a redefinição da profissão no seio do Movimento de Reconceituação, que significou o enfrentamento à crise profissional demarcada nos anos 60 e sufocado pela ditadura militar no golpe de 64.

A partir dos anos 70, o Movimento de Reconceituação volta a ganhar fôlego com o amplo movimento da Teologia da Libertação, que emerge no interior da igreja católica. A Teologia da Libertação denuncia a exploração na relação capital-trabalho, ao passo que procura estreitar as relações entre cristianismo e marxismo, articulado ainda com as formulações de Paulo Freire, e convida os cristãos a lutarem pelo socialismo. Na inquietação desse movimento é que grupos de assistentes sociais conseguem somar esforços para atrelar ao Movimento de Reconceituação a construção de uma pedagogia emancipatória e vincular-se às classes subalternas (Abreu, 2011).

Os elementos constitutivos dessa pedagogia podem ser apreendidos a partir das experiências das comunidades eclesiais de base (CEBs), entendendo-as como expressões concretas de consistentes processos pedagógicos com grande repercussão político-social no país no período assinalado, que contribuem para a criação de novos padrões de sociabilidade com base em experiências cotidianas das referidas classes subalternas (Abreu, 2011, p.132).

Essas experiências foram essenciais para a percepção do lugar em que os grupos subalternizados ocupam na sociedade, bem como para a politização das relações sociais no momento em que percebem-se integrantes de uma classe social. Essa transição sobre a percepção, de base gramsciana, em que um grupo passa de “classe em si” à “classe para si”, produz no seio da sociedade capitalista uma relação de antagonismo, da mesma maneira que apresenta uma nova lógica de sociedade a partir da perspectiva da classe trabalhadora (Abreu, 2011). E é a essa nova proposta de projeto de sociedade que deve se pautar a atuação de assistentes sociais nas políticas educacionais.

Nesse sentido, a atuação de assistentes sociais coaduna com as preciosas reflexões de

Paulo Freire em *Pedagogia da Autonomia* (2023, p. 12), quando o autor propõe que essa pedagogia é “fundada na ética, no respeito à dignidade e à própria autonomia do educando”, reforça que o exercício de educar deve provocar o corpo docente e discente a reconhecer o seu papel como sujeito histórico e ativo no movimento da sociedade. Paulo Freire (2023), ao longo de sua obra, elenca valores que coadunam com os princípios contidos no código de ética da categoria de assistentes sociais e demonstra que a atuação dos profissionais da educação pautada na valorização da autonomia do ser, deve estar atrelada a sua retidão ética e a permanente crítica ao sistema neoliberal.

Desta forma, Marilda Iamamoto (2014) destaca que refletir sobre a profissão na contemporaneidade é reconhecer que:

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver a sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo (Iamamoto, 2014, p. 20,).

Nesse sentido, é importante considerar o desenvolvimento de um trabalho que possa produzir conhecimento sobre o modo como assistentes sociais atuam e as demandas apresentadas no interior da escola que permita visualizar as permanências e/ou discontinuidades da atuação profissional, podendo posteriormente contribuir para investigações e análises de outros/as pesquisadores/as neste campo de estudo.

4 CONCLUSÃO

Embora, “a presença do/a assistente social na área da educação remonta à década de 1930” (Almeida, 2011, p. 5), é partir de 1990 que observa-se uma expressiva atuação da categoria nas políticas educacionais, considerando tanto o processo histórico de amadurecimento da profissão, quanto os trabalhos propostos em Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais desde 1995. E, é a partir dos anos 2001, que o conjunto CFESS-CRESS passa a incidir sistemática e politicamente nas discussões sobre o Serviço Social na Educação (CFESS, 2013).

No ano 2000, apresentou-se o primeiro projeto de lei (PL) sobre a inserção de assistentes sociais nas escolas e em 2001 são aprovadas estratégias para monitorar esse projeto. Incluiu-

se, em 2005, a psicologia. Em 2007, o PL segue para o senado, e em 2009 é aprovado com modificações. Em 2010, volta à câmara dos deputados e apenas em 2012 acontece uma reunião com o Ministro da Educação, à época Fernando Haddad. Em 2013, o projeto de lei modificado foi aprovado pela Comissão de Educação, porém com duas questões principais envolvidas: de um lado, o grupo que questionava a viabilidade financeira do PL, de outro, o grupo que defendia a proteção integral do alunado. Apenas em 2015, após articulações, a matéria ficou pronta para o Plenário da Câmara (CFP, 2021).

No entanto, em 2019, a Escola Estadual Raul Brasil, localizada em Suzano-SP, sofreu um massacre que repercutiu no país. De acordo com reportagem do site Agência Brasil (2023), as investigações revelaram que os autores do crime faziam parte de fóruns na internet que fomentaram discursos misóginos, supremacistas branco, bullying e, até, nazistas.

Tão somente após a grande repercussão da tragédia ocorrida em Suzano, ainda em 2019, que a Comissão de Educação realizou audiência pública sobre o massacre e lançou a Frente Parlamentar Mista de Enfrentamento à Violência nas Escolas. Retornam à pauta audiências e mobilizações para aprovação do PL de inclusão de assistentes sociais e psicólogos nas escolas e em setembro de 2019 o projeto é aprovado no Plenário da Câmara, mas, em outubro do mesmo ano, é vetado pelo então Presidente Jair Messias Bolsonaro. Após ampla articulação política e mobilização do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Associação Brasileira de Psicologia (ABEP), Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI) e representantes dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs), o veto é derrubado em novembro e a Lei nº 13.935 é finalmente promulgada em 12 de dezembro de 2019 (CFP, 2021).

A aprovação da referida lei representa uma enorme conquista realizada através de intensa mobilização política, organização profissional, trabalho em conjunto com demais profissionais envolvidos e reivindicações que, há mais de 20 anos, incidem politicamente pela inclusão de assistentes sociais na Política Pública de Educação como proposta de ampliação do conceito de educação para a garantia da proteção integral de crianças e adolescentes. Como esta pesquisa encontra-se em andamento, apontam-se, a seguir, elementos e reflexões que permeiam a atuação e a inserção profissional no âmbito da educação básica na atualidade.

A partir da aprovação da lei federal 13.935/2019 surgem outros desafios para garantir sua implementação a nível estadual e municipal. A discussão atual em torno da lei aponta para

a questão do financiamento da contratação de psicólogos(a) e assistentes sociais bem como a inclusão desses profissionais na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, já que é a lei que norteia o uso dos recursos. De acordo com reportagem do site de notícias do senado federal, dos 5.570 municípios brasileiros apenas 85 desenvolvem ou implementam o disposto na lei, o que corresponde a aproximadamente 1,5% de cobertura nacional em 4 anos de sua promulgação (Pincer, 2024).

Outros desafios aparecem no cenário nacional como a falta de uma indicação metodológica para a implementação da lei, assim como, a falta de orientação sobre a integração dos profissionais no âmbito escolar, podendo levar a diferenças de implementação da lei e de atuação nos diferentes contextos (Pincer, 2024). Daí a importância da categoria se debruçar sobre a temática, publicizar seus instrumentos e reflexões técnicas existentes e incidir politicamente para garantir a real efetivação da lei e, ainda, garantir que a atuação profissional esteja de acordo com o projeto ético-político do Serviço Social. Ao analisar a educação sob o prisma da questão social faz emergir discussões sobre a proposta de educação atual, condições de trabalho, bem como contextos de violências que, em muitos casos, aparecem como reflexo da negação do debate público e político de temas como racismo, bullying, homofobia e direitos sexuais e reprodutivos, dentre outros, por exemplo, como uma proposta curricular plural e necessária à construção do pensamento crítico e de combate a violações de direito.

Considerando o contexto sócio político atual brasileiro, destacam-se os debates em torno da elaboração e aprovação do Plano Nacional de Educação 2024-2034 (PNE) para garantir que dentre suas metas, esteja a inserção de assistentes sociais e psicólogos/as na educação básica. Além disso, precisa estar nas agendas da categoria para debater não apenas a inserção profissional na educação e aumentar postos de trabalho, mas também, lutar pela educação que sonhamos baseada em um referencial democrático, laico, gratuito, de cidadania e de qualidade.

Um processo relevante para pensar esse contexto foi a reforma do ensino médio, sancionada em 2017, no governo Michel Temer, que flexibilizou o currículo e tornou optativa matérias como educação física, artes, filosofia e sociologia. Sob a justificativa de que o alunado escolheria as matérias de acordo com a sua vocação. Não houve, no entanto, debates em torno dessa proposta para executar uma ação dessa envergadura. Retirar e/ou invisibilizar essas matérias do currículo escolar, é negar às crianças e adolescentes, sobretudo da classe trabalhadora desse país, a possibilidade de uma formação que contribua para o processo de construção de vivências críticas e emancipadoras.

O debate atual sobre os rumos da educação está em constante atualização em virtude do contexto de construção e aprovação do PNE 2024-2034 e do retorno ao debate sobre o novo ensino médio. Nesse contexto, tem-se ainda a eleição do deputado de extrema direita, Nikolas Ferreira, à presidência da comissão de educação, vista com preocupação pela ala progressista da sociedade (Souza, 2024). Essa comissão existe para discutir e debater as metas, estratégias e orçamentos, entre outros assuntos, para o plano dos próximos dez anos para a educação. Criou-se, ainda, uma expectativa de revogação da reforma do ensino médio que aconteceu em 2017 e que o atual governo Lula já indicou que não o fará e, por isso, há uma pressão para que o tema seja posto em debate e os diálogos possam, de fato, acontecer (Abe, 2024).

A Educação se constitui como uma dimensão da vida humana, cuja função social é muito importante para a construção do ser social, pois está inserida em um movimento contraditório servindo, ora como meio para transformação de sua condição social e como espaço de interação e socialização humana, ora como manutenção das relações de exploração entre aqueles que produzem a riqueza social e aqueles que exploram e expropriam tal produção. Esta é uma prerrogativa para compreender a concepção de educação que orienta a prática profissional no espaço educacional, de acordo com a publicação lançada pelo Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (2013), “Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”, fruto de encontros, debates, pesquisas e experiências de profissionais que atuam na área (Cfess, 2013). É em meio a um cenário contraditório, permeado por disputas ideológicas em torno da pasta da educação, que consubstancia a contribuição de assistentes sociais através de uma leitura crítica da realidade sobre o projeto de sociedade proposto por um Estado vinculado aos interesses de uma classe dominante, a classe capitalista. A presença deste profissional na escola é fundamental para lidar com as refrações da questão social presentes na rotina escolar, que extrapolam a questão pedagógica.

Através das reflexões aqui propostas que esta pesquisa analisa o contexto de atuação profissional a partir da aprovação da lei federal 13.935/2019, considerando que a educação seja pensada para além de um sistema formal de ensino, que necessita estar vinculada a materialidade histórica da vida em sociedade para que a atuação profissional na educação fortaleça essa política pública e esteja pautada na defesa intransigente dos direitos humanos que compreende esse espaço como muito mais do que ler e escrever.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a Organização da Cultura: perfil pedagógico da**

prática profissional. São Paulo: Cortez, 2011.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Apontamentos sobre a Política de Educação no Brasil hoje e a inserção dos/as assistentes sociais.** In: CFESS. Subsídios para o debate sobre Serviço Social na Educação. Brasília: CFESS, 2011.

BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação.** Rev. Odontol. Univ. Cidade de São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria política.** (equipe de trad. PUCCAMP) 2ª ed. Campinas: Papyrus, 1988.

CFESS. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação.** Elaborado pelo Grupo de Trabalho do Conjunto CFESS-CRESS Serviço, 2013.

CFP. **Psicologia e Serviço Social na Educação Básica: Lei 13.935.** 1ª Edição. Elaborado pelo CFP, CFESS, ABRAPEE, ABEP, FENAPSI e ABEPSS, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira, VOL.II, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** Ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** Boitempo, 2005.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

PALHANO, Raimundo. **A Produção da Coisa Pública: serviços públicos e cidadania na República ludovicense.** São Luís: Editora Engenho, 2017.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Refletindo a pesquisa participante no Brasil e América Latina.** São Paulo, 1986.

ABE, Stephanie Kim. Novo Ensino Médio: é preciso buscar um novo modelo em diálogo com a sociedade. **Cenpec**, 2024. Disponível em: <<https://www.cenpec.org.br/noticias/fracasso-do-novo-ensino-medio>>. Acesso em: 05 de maio de 2024.

AGÊNCIA BRASIL. **Massacre na escola Raul Brasil, em Suzano, completa quatro anos.** Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-03/massacre-na-escola-raul-brasil-em-suzano-completa-quatro-anos>>. Acesso em 15 dez. 2023.

SOUZA, Murilo. Nikolas Ferreira é eleito presidente da comissão de educação. **Câmara dos**

Deputados, 2024. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/1040733-nikolas-ferreira-e-eleito-presidente-da-comissao-de-educacao>>. Acesso em: 05 de maio de 2024.

PINCER, Pedro. Debatedores apontam necessidade de psicólogos e assistentes sociais em escolas públicas. **Rádio Senado**, 2024. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/08/10/debatedores-apontam-necessidade-de-psicologos-e-assistentes-sociais-em-escolas-publicas>>. Acesso em: 05 de maio de 2024.